

MODERNIZAÇÃO? IMPACTOS DO DESENVOLVIMENTO SETORIAL NA AGRICULTURA NO ASSENTAMENTO VILA RICA DE UIBAÍ - BA

Juliano da Silva Lopes.
Jerônimo Rodrigues Souza.

RESUMO: O presente estudo propõe discutir os impactos da modernização da agricultura na Região Econômica de Irecê – Bahia, analisando as consequências do crescimento setorial no assentamento Vila Rica no município de Uibaí, utilizando como metodologia o Diagnóstico Rápido Participativo – DRP. Na Região de Irecê, os períodos de crescimento econômico corresponderam aos anos de altas safras de feijão, milho e mamona. Estas lavouras, entretanto, não irradiaram um amplo desenvolvimento regional em bases sólidas. O desenvolvimento das atividades de potencial local e a criação de novas oportunidades de investimento, ao lado de outras diretrizes incorporadas num programa de desenvolvimento que passe pelo fortalecimento da agricultura familiar, parece ser a opção estratégica para obter melhores resultados, em termos de crescimento econômico e desenvolvimento territorial.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento. Modernização da Agricultura. Agricultura Familiar.

1 INTRODUÇÃO

A elaboração e execução de políticas públicas com informações das questões ambientais e socioculturais locais corresponde a uma nova proposta para ações de planejamento, baseada nos princípios da sustentabilidade, partindo do pressuposto de que os enfoques tradicionais de desenvolvimento aceleraram o esgotamento dos recursos naturais e aprofundaram as disparidades sociais, econômicas e espaciais.

O presente estudo traz uma discussão sobre a modernização da agricultura e o “desenvolvimento” econômico na Região de Irecê (Bahia) e seus impactos sobre os recursos naturais, em especial, sobre a vegetação, analisando especificamente a forma como este modelo de desenvolvimento atingiu uma área de assentamento rural – o assentamento Vila Rica no Município de Uibaí. No tocante às espécies vegetais, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) registrava, em 1990, o desaparecimento diário de 100 espécies. O mais grave é que estão se perdendo os recursos genéticos sem qualquer conhecimento, eliminando a possibilidade deste potencial, um dia, servir para a obtenção de novos produtos úteis. Por mais insignificante que pareça uma determinada espécie, ela desempenha um papel fundamental no ecossistema que integra (PNUMA, 1990).

Para a realização deste estudo, utilizou-se um instrumento importante: a pesquisa-

ação, na medida em que pode resgatar saberes da comunidade, colocando-os presentes na discussão e elaboração de políticas de desenvolvimento e de conservação. De modo geral, a participação dos agricultores na pesquisa é vista como meio de identificação dos problemas concretos, da definição das prioridades, das escolhas das soluções praticáveis em função das condições socioeconômicas, e do saber popular (TORCHELLI, 1984, apud THIOLENT, 2004). A pesquisa, além da compreensão da realidade, pode lançar-se na viabilização da transformação desta realidade, em benefício daqueles que utilizam, de forma tradicional, os recursos naturais.

Durante o trabalho, adotou-se, em relação à área de abrangência do estudo, a denominação de região, referindo-se à Região Econômica de Irecê ou Microrregião de Irecê. Foi escolhida a comunidade do assentamento Vila Rica no município de Uibaí – Bahia, Região Econômica de Irecê, cujo território encontra-se totalmente inserido no Semiárido baiano, no Noroeste do Estado da Bahia.

Este trabalho foi parte de um projeto maior denominado Programa Nacional para Educação na Reforma Agrária (Pronera): Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo, conduzido pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em convênio com o Ministério

do Desenvolvimento Agrário (MDA); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Universidade Federal de Sergipe (UFS); Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB). Tal projeto tem o objetivo de apresentar e discutir os impactos da modernização da agricultura na Região de Irecê (Bahia), numa análise das consequências deste modelo de desenvolvimento baseado no crescimento setorial para o assentamento Vila Rica no município de Uibaí. O debate tem uma importância significativa, uma vez que a região de Irecê tem uma contribuição valiosa na geração de renda e do PIB baiano.

Mais intensamente, a partir da década de 70, o Governo do Estado da Bahia inaugurou um modelo baseado na implementação de planos, programas e projetos de desenvolvimento para a Região de Irecê, principalmente sustentado no monocultivo do feijão. Embora algumas questões regionais tenham sido incorporadas aos novos instrumentos, adotavam ainda um padrão de planejamento baseado no crescimento setorial da economia, tornando os seus resultados, em relação à redução das desigualdades sociais e econômicas, limitados e incapazes de modificar a situação existente.

A ótica do desenvolvimento baseada na concentração de atividades em um ou em poucos locais de uma região político-administrativa, condizente com o modelo de desenvolvimento adotado nos últimos quarenta anos, proporcionou às populações dos municípios beneficiados, de um modo geral, graves problemas sociais. Segundo a Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional (CAR, 2004), estas dificuldades decorrem, por um lado, da ampliação das demandas por serviços e equipamentos públicos e, por outro, das limitações de recursos financeiros dos sucessivos governos para a implementação de programas sociais, na medida das necessidades crescentes da população.

Segundo a CAR (2004), a Região Econômica de Irecê se localiza, aproximadamente, entre 10°10' a 12°22' de latitude Sul e 42°20' a 43°20' de longitude Oeste. Abrange 19 municípios, que se distribuem numa superfície de 26.155 km², correspondente a 4,6% da superfície do

Estado da Bahia. Em 2000, a taxa de urbanização da Região de Irecê era de 58,6% e sua densidade demográfica de 14,3 hab/km², enquanto a do Estado da Bahia era de 67,0% e de 22,1 hab/km², respectivamente. O município de Uibaí está à altitude de 582 m; -11°20'13" de latitude e 42°07'57" de longitude, com uma área de 515,66 km².

1.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS - UM DESAFIO PERMANENTE

Inicialmente, elaboraram-se hipóteses sobre fatores favoráveis e limitantes, considerando-se principalmente o prazo para conclusão dos trabalhos, indisponibilidade de recursos financeiros, tempo disponível, envolvimento da comunidade e, principalmente, a prioridade do problema com possibilidades mais concretas de solução. Foram feitas observações diretas por meio de caminhadas com um grupo de agricultores, aprofundando alguns aspectos do assentamento e reconhecimento de campo, aproveitando plenamente o conhecimento dos agricultores com mais experiência, seus objetivos e estratégias.

Em forma de visitas a todas as famílias (num total de 24), a aplicação de um questionário simples permitiu um levantamento de dados básicos, como composição da família, faixa etária, escolaridade e composição alimentar. Este foi também um momento de aproximação e incentivo a um maior envolvimento no projeto. Foi entrevistada uma maioria de homens, tendo entrevista começada com agricultor e terminada com agricultora. Em outros casos, a família inteira, inclusive os filhos jovens e crianças. Cada caso teve uma importância particular, reforçada pelas experiências e expectativas individuais.

Além da realização destas atividades, o trabalho contou com a elaboração de diário de campo, cujos resultados foram analisados, sendo preparada a restituição dos mesmos, que se deu em um encontro com a comunidade. Na prática, a participação não se realizou de forma tão fácil como na sequência prevista pela metodologia da técnica.

Esta ação educativa se concretizaria levando em consideração a especificidade da

área, o momento institucional do Programa e o avanço da comunidade no que diz respeito a sua organização. Consistiu num processo que começou com o diagnóstico participativo como meio de conscientização para avaliar as ações do Programa, facilitando a produção coletiva de um conhecimento necessário ao planejamento de ações mais próximas das necessidades do assentamento (MACHADO, 1987).

O diagnóstico constitui um referencial importante, inclusive na definição mais clara da problemática de pesquisa-ação, mas, também, pode ser perguntado até que ponto o diagnóstico participativo não é mais útil para elaboração do conhecimento dos pesquisadores, uma vez que, para os agricultores, o diagnóstico representa uma sistematização/formalização de uma realidade já conhecida, sabendo que eles não dispõem das ferramentas e instrumentos necessários para essa formalização.

Desse modo, limitar a fase de diagnóstico parece ser uma condição necessária, sem esquecer que a pesquisa-ação exige um diálogo permanente (SIMÕES, 1996). Por outro lado, o diagnóstico pode quantificar certos aspectos do real ao nível das comunidades, podendo ser útil para definir prioridades posteriores de pesquisas-ações, ou mesmo para a discussão da própria organização de agricultores (CASTELLANET, 1996). O Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) constitui um elemento da pesquisa-ação. Como não foi possível “seguir todos os passos” da pesquisa-ação, os resultados apresentados foram obtidos a partir do DRP, discutidos mais adiante.

O objetivo geral do estudo em questão é apresentar e discutir os impactos da modernização da agricultura na Região de Irecê - Bahia, analisando o “desenvolvimento” econômico baseado no crescimento setorial e seus reflexos para o assentamento Vila Rica, situado no município de Uibaí - BA.

2. O “DESENVOLVIMENTO” BASEADO NA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E SEUS IMPACTOS NA REGIÃO DE IRECÊ - BAHIA

A ocupação do Semiárido nordestino

vinculou-se historicamente à atividade pecuária, base econômica da região por alguns séculos. O sistema de grandes fazendas, originárias das sesmarias, é a forma típica de ocupação do território. Formada pelo “coronel” e seus familiares mais próximos, e contando com as famílias trabalhadoras vivendo agregadas ao núcleo familiar, proprietário das terras, a fazenda era uma comunidade econômica social marcada por complexas relações de dominação e compadrio.

O histórico modelo de desenvolvimento da agricultura na Região de Irecê não se diferencia, na essência, do padrão hegemônico que orientou a agricultura em todo o Semiárido nordestino. Dois traços principais o caracterizam: a exploração do trabalhador e da trabalhadora rural; uso predatório dos recursos naturais durante o processo produtivo, ao substituir a riqueza da vegetação nativa por monoculturas, principalmente o monocultivo do feijão, objeto de vários programas e ações na Região de Irecê. A reprodução desse modelo responde pela gravidade da crise socioambiental que a região está vivenciando.

Na dinâmica de modernização tecnológica da agricultura na Região de Irecê, não se verificou disseminação generalizada do pacote tecnológico químico-mecânico, nem a constituição dos complexos agroindustriais, na proporção verificada em outras regiões. Entretanto, não significa a inexistência de profundas transformações no espaço rural. Essas se deram muito mais pelas transformações nas relações sociais de produção da região, em especial na relação de parceria entre os proprietários fundiários e as famílias de agricultores que moravam e trabalhavam nas fazendas. Segundo Barbosa (2003), a quebra da relação de parceria e, principalmente, da condição de moradia é uma medida preventiva do segmento patronal contra a reivindicação de direitos trabalhistas.

Esse processo resultou na montagem de significativa infraestrutura produtiva em muitas propriedades do sertão, representada pelos açudes, estábulos, silos e cercamento das terras. Por outro lado, a formação de pastagem nativa e exótica provocou o

desmatamento e o uso de herbicida em proporções mais elevadas, prática estimulada nas orientações técnicas e, em alguns casos, exigida pelas agências financeiras, associando-se o pacote tecnológico: mecanização-agrotóxico-fertilizante químico. Do ponto de vista econômico, essa opção configurou-se em fracasso, comprometendo ainda mais as dinâmicas econômicas locais já ressentidas da progressiva desestruturação dos produtos regionais e extrativistas.

A dinâmica desta hegemonia agrícola sempre esteve orientada para o abastecimento das grandes cidades e pólos produtivos. No espaço regional, o que se encontra no início do século XXI é a desigualdade social acentuada, o êxodo rural, a migração para os grandes centros urbanos e outros estados, decadência produtiva e econômica, e um forte impacto ambiental, em termos de degradação de solos, poluição e contaminação dos recursos hídricos e erosão genética. Estas consequências são resultantes do esgotamento do padrão tecnológico, organizativo e gerencial adotado, centrado no monocultivo do feijão, com uso intenso de máquinas agrícolas, agrotóxicos e fertilizantes químicos.

Portanto, na Região de Irecê residem grandes desafios, pois a desestruturação socioprodutiva descrita ainda não foi superada em decorrência dos fracos resultados em termos da revitalização da cultura do feijão, do milho, da mamona e demais cultivos regionais, bem como do insuficiente desenvolvimento científico e de tecnologias apropriadas, e difusão de alternativas de renda. Essa difícil situação geral, entretanto, é pontuada por numerosas situações localizadas que se diferenciam pela emergência de processos de reestruturação produtiva, por meio da incorporação de práticas ecológicas aos sistemas existentes, bem como pela própria modernização de atividades como a ovinocaprinocultura e a agricultura irrigada.

Esse complexo quadro de ocupação do Semiárido também refletiu e gerou diferenciação nos empreendimentos agrícolas da Região de Irecê. Convivem, nos mesmos espaços, empresas tradicionais

pouco tecnificadas, latifúndios improdutivos, agricultores familiares modernizados e tradicionais. Estes dois últimos comportam formas variadas de acesso à terra, que definem diversas categorias sociais.

Segundo Barbosa (2003), desde a ocupação inicial até as dinâmicas mais recentes, acumulam-se os impactos socioambientais negativos. Os mais amplos são, sem dúvida, a degradação da vegetação e dos solos, observando-se crescente processo de desertificação em diversas regiões. Nas áreas de agricultura irrigada, os problemas de contaminação por agrotóxicos e salinização das terras são os mais relevantes. De modo geral, prevaleceu a chamada “solução hidráulica” e não se desenvolveu a cultura de convivência com a região. As linhas mestras do modelo de desenvolvimento concentrador e excludente, historicamente estabelecidas, continuam vigorando.

A superação dessa realidade impõe uma profunda reorientação nos fundamentos sociais, técnicos e fundiários que dão sustentação a esse modelo socialmente excludente e ambientalmente degradador. Considerando que ele não existe ao acaso, mas foi implementado e sistematicamente reforçado por meio de políticas públicas, atribui-se aqui destacada importância ao Estado e a seus instrumentos, e à sociedade civil organizada na reversão do atual quadro.

As organizações sociais e as representações de classes e categorias têm um papel na elaboração e orientação das políticas públicas de forma a permitir o estabelecimento de um estilo de desenvolvimento territorial sustentável, baseado nos princípios da valorização dos recursos locais no manejo produtivo dos ecossistemas, eliminando a ideia dos pacotes tecnológicos e o uso de insumos de alto poder de degradação do ambiental.

2.1 O CRESCIMENTO ECONÔMICO SETORIAL NA REGIÃO DE IRECÊ - BA

Em que pese as lavouras de feijão, milho e mamona terem gerado “altas” produtividades de grãos, o crescimento econômico advindo dessa produção, bastante concentrado, não irradiou, de forma

endógena, um amplo desenvolvimento regional em bases sólidas.

No final do século XX e início deste, os investimentos realizados e planejados nas áreas de olericultura e fruticultura irrigadas constituíram novas alternativas para a viabilização da economia regional, com a superação do importante condicionamento climático - as secas periódicas - amenizando, conseqüentemente, os efeitos das frequentes quebras de safra das lavouras básicas de feijão e milho. A existência desta nova alternativa, de forma planejada, possibilita à região, certamente, uma maior segurança quanto às colheitas, passando a dispor de uma estratégia de segurança aos seus produtos, além de obter, por via de consequência, resultados mais amplos e duradouros. Vale ressaltar que a fonte hídrica da agricultura irrigada é subterrânea, explorada através de poços tubulares, exploração esta que vem ocorrendo sem planejamento, podendo comprometer tanto a quantidade como a qualidade destes recursos.

O desenvolvimento das atividades de potencial local, a criação de novas oportunidades de investimento, ao lado de outras diretrizes incorporadas num programa de desenvolvimento que passe pelo fortalecimento da agricultura familiar, parece ser a opção estratégica para obter melhores resultados em termos de crescimento econômico e desenvolvimento territorial.

Segundo a CAR (2004), a ótica do desenvolvimento, baseada na concentração de atividades em um ou em poucos locais de uma região político-administrativa, condizente com o modelo de desenvolvimento adotado nos últimos tempos, proporciona às populações dos municípios beneficiados, de um modo geral, graves problemas sociais. Estas dificuldades decorrem, por um lado, da ampliação das demandas por serviços e equipamentos públicos e, por outro, das limitações de recursos financeiros dos sucessivos governos para a implementação de programas sociais, na medida das necessidades crescentes da população.

Do ponto de vista do planejamento sustentável, a despeito da limitação de recursos, a descentralização da oferta de

equipamentos em todo o espaço político-administrativo possibilita um acesso mais equitativo, por parte da população, a estas estruturas de serviços. A existência desta condição faz com que o município beneficiado passe a dispor de um forte fator de atração demográfica, levando as populações residentes nas cidades de limitados equipamentos urbanos a procurar os lugares que apresentem melhores condições de vida, ou seja, cidades onde existam maiores possibilidades para a prestação de serviços, sobretudo nas áreas de educação, saúde, saneamento, entre outras (CARVALHO, 1985).

Fica evidente que o modelo de "desenvolvimento" baseado no crescimento setorial da economia, experimentado na Região de Irecê, contribuiu não só para o aumento do impacto ambiental decorrente principalmente da atividade agrícola, como para o aumento das desigualdades sociais. Segundo a SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, em 2000, dezesseis dos dezenove municípios da Região de Irecê estão com o IDH - Índice de Desenvolvimento Humano acima da ducentésima posição em relação ao estado (SEI, 2007).

No tocante à agricultura, é necessária uma política agrícola que privilegie as ações de convivência com o Semiárido, a partir dos interesses, aptidões e da realidade local e familiar, a partir da compreensão que as políticas implementadas nos últimos 40 anos não contemplaram as alternativas e experiências de convivência com o Semiárido, desenvolvidas pelas agricultoras e agricultores familiares, e que são fundamentadas na valorização dos recursos locais.

A articulação entre os saberes e experiências das diversas instituições públicas e privadas pode reorientar o processo metodológico e pedagógico de atuação na região, sobretudo com a incorporação das experiências e lógica acumuladas pelas organizações de agricultoras e agricultores familiares, bem como instituições de assessoria, construindo referências metodológicas para a formulação, implementação e gestão de políticas públicas participativas.

2.2. AÇÃO ANTRÓPICA: OCUPAÇÃO, USO DA TERRA E O ESTADO AMBIENTAL

A intensificação da exploração agrícola na Região de Irecê, a partir de meados do século passado e, de um modo mais expressivo, na década de 70 para 80, com consequente substituição dos sistemas de produção mais adaptados pelas culturas consorciadas de feijão-milho-mamona, configurou-se como um elemento de forte pressão sobre o ambiente e de fragilização dos mecanismos de convivência da população com os recursos naturais.

Essa configuração regional coincidiu com o crescimento demográfico e o incremento da produção através da incorporação de áreas antes destinadas à pecuária extensiva. De 1980 a 1995, com a evolução do processo produtivo, as áreas dos estabelecimentos incorporadas às explorações cresceram 60,36%, com uma significativa incorporação das terras destinadas às lavouras, ou seja, 57,34%, e das pastagens plantadas, 74,67%, evidenciando, sobremaneira, a intensidade das modificações. Em 1995/1996, a maior parte das terras dos estabelecimentos agropecuários ainda era utilizada para as lavouras, observando-se um grande percentual de terras produtivas não utilizadas.

Ainda, segundo a CAR (2004), no mesmo período, as terras produtivas não utilizadas tiveram o seu percentual reduzido no conjunto das áreas dos estabelecimentos. De uma participação de 33,18% em 1980, esta categoria, em 1995, respondeu apenas por 7,40% do total, com um decréscimo de mais de 74% da disponibilidade de terras aproveitáveis nos estabelecimentos, mas não utilizadas.

O estágio de ocupação, na década de 2010, expressa de forma bastante clara o grau de derivação antrópica que atingiu determinados setores regionais, a exemplo dos conflitos de uso de água no vale do rio Verde, da poluição e da degradação das margens dos rios, da salinização de áreas agricultáveis, da destruição da vegetação e comprometimento dos habitats, e da competição pelos recursos hídricos

subterrâneos, isso em decorrência da perfuração de um grande número de poços tubulares de forma descontrolada, sem a existência de fiscalização e de um monitoramento do uso da água. Este último setor constitui, atualmente, um grave problema, observando-se interferências nas vazões e gerando, inclusive, conflitos entre os usuários. Um grande número de poços foi e vem sendo perfurado de forma clandestina, sem dispor da outorga d'água (CAR, 2004).

No Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável de 2004, foram estabelecidos os seguintes estados ambientais para a região: ambiente estabilizado; ambiente desestabilizado e ambiente degradado, correspondentes a 10,30%, 51,30% e 38,40%, respectivamente. Estes dados sugerem que as formas de exploração dos recursos naturais na referida região, de forma geral, têm provocado ampla degradação ambiental, talvez, em alguns casos, irreversível.

3. O ASSENTAMENTO VILA RICA NO CONTEXTO DA REGIÃO DE IRECÊ - BA

3.1 A ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO ESTUDO: MUNICÍPIO DE UIBAÍ - BA

O Município de Uibaí faz parte da Região denominada Irecê, que é composta por 19 municípios, localizando-se ao Noroeste da Bahia, fazendo fronteira com as regiões do Médio e Baixo Médio São Francisco, Piemonte da Diamantina e Chapada Diamantina (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI, 2007).

Conforme a Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional (CAR, 2004), embora seja uma das regiões de menor população absoluta, apresenta uma concentração produtiva e demográfica nas duas áreas sediadas pelos municípios de Irecê e Xique-Xique. Nas áreas limítrofes, possui uma densidade rarefeita, sobretudo no oeste, e proporcionalmente maior nos municípios em torno do centro regional. A sede municipal de Irecê, que já contava com 52.267 habitantes em 2000, polariza 18 municípios na sua área e, secundariamente, outros municípios

localizados nas regiões do Médio e Baixo Médio São Francisco, Chapada Diamantina e Piemonte da Diamantina. Dista, aproximadamente, 478 km da capital do Estado e 370 km de Feira de Santana, principal centro sub-regional da Bahia. Xique-Xique, que se localiza na zona ribeirinha são-franciscana, é o segundo subcentro da Região, atendendo o movimento comercial a oeste.

O município de Uibaí está aos - 11°20'13" de Latitude Sul e 42°07'57" de Longitude Oeste, com altitude de 582 m, abrangendo uma superfície de 515 km². Distante 514 km da capital, em termos de localização geográfica, está desfavorecido, distando 36 km do seu principal acesso que é a BA-052 (estrada do feijão), dificultando o escoamento da produção e interligação com os demais municípios da região. Em relação ao relevo, suas principais unidades geomórficas são a Chapada de Irecê e as Serras da Borda Ocidental da Chapada Diamantina, predominantemente cobertas pela vegetação Caatinga Arbórea Aberta, sem palmeiras (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDO ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI, 2007).

Com um baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH de 0,615, Uibaí ocupa a 234ª posição em relação ao estado. Em 2000, a taxa de analfabetismo para os indivíduos de 10 ou mais anos de idade, era de 19,5% da população urbana e de 21,4% para a população rural, com taxas de crescimento das populações urbana e rural, 1,62% e -1,87%, respectivamente (SEI, 2007). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007) sua população total está estimada em 13.811 hab. Comparando-se a Irecê, por exemplo, que possui mais de 90% da população urbanizada, seu grau de urbanização de 57,9% não é alto, revelando um significativo campo de análise das relações sociais no campo e na cidade.

Com relação às características socioeconômicas, a atividade agrícola do município compreende basicamente os produtos da cesta alimentar, feijão, milho e mandioca, além de horticultura e fruticultura irrigadas, destacando-se os

cultivos de cebola e tomate.

3.2 OS ASSENTADOS E SUAS FAMÍLIAS

A família é a unidade de produção no assentamento estudado. As relações que pai, mãe, filhos, enteados, netos, noras, etc. estabelecem com o núcleo de produção geraram estudos interessantes e que contribuem substancialmente para entender e analisar o mundo rural e suas diversas configurações no espaço e tempo. Portanto, quando se busca entender/analisar o assentamento rural, o olhar para a família assentada não pode ser transversal e sim um dos focos da pesquisa, inclusive entendendo as diversas tipologias de família. Desse modo, percebeu-se que a realidade do assentamento é diversificada, e engendrada por organizações familiares (com suas visões de mundo, de gênero, raça, religiosidade, ética, moral, cultural, etc.) e constituem-se como fundamental para a organização política do assentamento.

No ano de 2000 chegaram as primeiras famílias, uma maior parte com origem do próprio município de Uibaí e outro grupo do município de Presidente Dutra. Em estudo realizado à época da implantação do assentamento, os assentados explicaram que não foi identificado um número suficiente de famílias em Uibaí, tornando-se necessário identificar e atrair grupos de outras localidades. Conforme dados do Diagnóstico Rápido Participativo - DRP realizado em 2006, a comunidade Vila Rica contava com uma população residente formada por 115 habitantes, totalizando 24 famílias. A média levantada foi a de 4,8 pessoas por família, com 51% de homens e 49% de mulheres. No processo de gestão do assentamento vale ressaltar que, apesar das mulheres representarem quase a metade dos assentados, a participação feminina dos processos de decisão coletiva é pequena.

Essas famílias foram ali assentadas pela Coordenação de Desenvolvimento Agrário- CDA, vinculada à Secretaria de Agricultura do Estado, por meio do Programa Cédula da Terra, que era um programa complementar de Reforma Agrária, que financiava terra a trabalhadores rurais sem terra e mini-fundista através de suas

associações. Além disso, disponibilizava projetos comunitários de infraestrutura social e produtiva com recursos não reembolsáveis. O Programa Piloto de Reforma Agrária Cédula da Terra foi lançado em dezembro de 1997, tendo como objetivo estratégico a redução da pobreza rural nas regiões mais deprimidas do país através de ações de política fundiária e de desenvolvimento comunitário. O Programa Cédula da Terra foi reformulado e, a partir do ano de 2004, essas ações complementares de reforma agrária passaram a ser implementadas através do Programa Nacional de Crédito Fundiário do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Um olhar sobre a população assentada revela que a grande maioria já vivia na zona rural da própria região antes de vir para o assentamento, tendo mais da metade, origem no próprio município. A maior parte das famílias já tinha alguma experiência de trabalho na agricultura. Observando o tipo de trabalho exercido imediatamente antes de vir para o assentamento, verificou-se que a maioria da população assentada estava ocupada anteriormente em atividades agrícolas, como assalariados rurais permanentes ou temporários, posseiros, parceiros, arrendatários, membros não remunerados da família. O assentamento possibilitou acesso à propriedade da terra por parte de uma população que, embora mantendo algum tipo de inserção no mercado de trabalho, o fazia em condições bastante instáveis e precárias.

3.2.1 A ORGANIZAÇÃO INTERNA

A organização espacial interna do assentamento parece seguir o padrão espacial preexistente entre agricultores familiares na região em que estão inseridos, mas nem por isso deixa de apresentar “inovações”. As casas estão dispostas em forma de vilarejo, forma semelhante a que os mesmos viviam anteriormente na zona rural, num modelo arquitetônico padrão com uma sala de estar, dois quartos, cozinha e banheiro. Existe uma área destinada ao plantio coletivo, por sinal, muito bem organizada, desde a sua implantação até a forma como as atividades vêm sendo desenvolvidas. Existem também áreas com pequena produção (apenas para consumo)

individual, sendo que as decisões do coletivo são centralizadas pela associação.

Todas as precariedades identificadas com relação à infraestrutura do assentamento, aliadas às dificuldades de estabelecimento na terra e de reprodução da agricultura familiar, fazem com que a criação do assentamento, ao invés de ser um ponto final, seja um ponto de partida para novas demandas para sua viabilização econômica e social. Porém, na prática, não é o que ocorre.

A forma como o assentamento foi implantado teve consequência para o desenvolvimento do mesmo. Sugere-se que não houve um processo de mobilização que, de fato, pudesse trazer pessoas com grau de envolvimento maior com a comunidade e compromisso com o programa de assentamento.

3.2.2 IMPACTO FUNDIÁRIO

Apesar de um assentamento não ser amostra suficiente para avaliar o impacto fundiário dos assentamentos na região, vale tecer algum comentário. Só existem, no município de Uibaí, dois assentamentos. O Vila Rica não alterou o quadro de concentração da propriedade fundiária no município, motivo pelo qual não se pode classificar a política de assentamentos rurais como um profundo processo de reforma e redistribuição da estrutura fundiária. Para entender melhor esse quadro, é necessário um estudo sobre a estrutura fundiária da região. Porém, a relação entre a área do assentamento e a área dos estabelecimentos agropecuários no município aparentemente é maior, indicando um processo de territorialização fundiária no espaço local. Assim, seriam necessários, também, estudos mais detalhados no plano do Estado.

Com relação ao impacto demográfico, embora a população assentada não tenha grande peso na região como um todo, uma inferência possível, com ressalvas, é de que o assentamento tenha contribuído senão para ampliação da população rural no município de Uibaí, pelo menos para estancar seu decréscimo.

3.2.3 ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS E CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA

A existência de assentamento enquanto unidade territorial, que é referência para políticas públicas, traz em si modificações na zona rural em que está inserido. É possível cogitar que, neste caso, a criação do assentamento resultou em ampliação das demandas de infraestrutura (escolas, postos de saúde, energia elétrica, crédito, etc.) e pressão sobre os poderes públicos locais responsáveis pela prestação de vários desses serviços.

3.2.4 ESTRADAS E TRANSPORTE

A distância do assentamento em relação ao município é de 13 km, com um tempo médio de deslocamento de 20 minutos. A estrada é de terra e está em condições ruins, mas o acesso é possível mesmo em época de chuva, porém, com dificuldades, agravando tanto as condições de acesso a serviços de saúde e educação, quanto, possivelmente, gerando dificuldades para a comercialização da produção.

Com relação ao transporte coletivo, apesar do quadro geral de precariedades, as observações de campo mostraram que, nos últimos períodos, houve uma ampliação da frota de veículos, tais como ônibus para transporte escolar, mas não atribuída à criação do assentamento, porém, favorecendo o mesmo.

3.2.5 EDUCAÇÃO

Com base no Diagnóstico Rápido Participativo - DRP, observou-se a distribuição da escolaridade no assentamento Vila Rica, onde: 19% não são alfabetizados; 5% são apenas alfabetizados; 50% têm o ensino fundamental incompleto e, 11% ensino fundamental completo; 8% têm o ensino médio incompleto e 7% tem médio completo. Conforme a SEI (2007), em 2000, a taxa de analfabetismo para a população rural de Uibaí era de 21,4%.

A educação é uma das preocupações para os filhos das famílias assentadas. Verificou-se que uma parte estuda no vilarejo vizinho e outra na zona urbana. Esta foi uma

das questões apontadas por parte das famílias como problema, o fato de as mães terem que se deslocar até o vilarejo pra deixar e pegar os filhos na escola, prejudicando, por vezes, as atividades domésticas. Porém, no coletivo, não se constitui como um problema grave. Constatou-se um problema quanto ao modelo educacional que não considera a realidade do campo.

Uma análise superficial sugeriu que a educação oferecida aos assentados não apresentou melhoras em relação à situação anterior na qual os mesmos viviam. Ainda é claramente insuficiente, reproduzindo as debilidades da formação geral, sugerindo a necessidade de uma discussão em torno desse tema, e abrindo novos horizontes para discussão sobre uma educação voltada para o campo, considerando os aspectos locais.

3.2.6 A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Não é grande a diversidade de produtos originários do assentamento, abrangendo produção agrícola, criação animal e extrativismo. Como não foi possível levantar dados precisos de produção, preferiu-se colocar algumas informações do IBGE (2007) referentes ao município de Uibaí. A produção do assentamento se resume à pinha, ao caju e à pecuária (aves, caprinos e ovinos - nem todas as famílias produzem) para consumo interno.

Não existe, no assentamento, diversidade na produção, quando seria possível, por meio de fruteiras, plantas forrageiras (para alimentação animal), adaptadas à região que se desenvolveriam bem nas condições do assentamento, como o umbu (*Spondia tuberosa*), por exemplo, apesar das dificuldades técnicas e falta de recursos como a água de qualidade para produção de alguns cultivos temporários. Esta foi uma das questões mais discutidas com alguns assentados, visto que nem todas as famílias se envolveram no processo, apesar de estarem cientes do que estava ocorrendo. Foi então que se optou em discutir com a comunidade e ver na sua percepção a importância da preservação de plantas da Caatinga, que futuramente iriam,

também, contribuir para a diversificação da alimentação humana e animal, evitando, assim, gastos financeiros que ao final do ano significam muito para famílias que não possuem uma alta renda.

3.2.7 Produtividade e assistência técnica

No que diz respeito ao padrão tecnológico, a não diversidade de situações e sistemas produtivos (tipo de solo, relevo, cultivos, modelos de produção, etc.) permitiu comparações próximas entre as famílias. Não há variação no que se refere ao acesso a instalações, máquinas e equipamentos, implementos, e uso de insumos, ou seja, não há variação tecnológica, mesmo porque a área significativa de produção é coletiva. De forma geral, o acesso aos meios de produção ainda é precário, o que abre uma janela para novas possibilidades produtivas. Talvez o fortalecimento de ações de assistência técnica poderia tornar mais acessíveis essas possibilidades, como é o caso de uma orientação para um controle diferenciado de “pragas e doenças”, alimentação alternativa dos animais com plantas da Caatinga, manejo dos solos, armazenamento de água, cultivos diferenciados, produção de mudas e sementes, estocagem de alimentos para os animais, exploração da apicultura, cultivo orgânico de hortaliças, etc. É claro que essas mudanças só irão acontecer num processo coletivo onde haja apoio por parte de instituições envolvidas no Programa, bem como daquelas que atuam na região, além do interesse por parte da comunidade.

3.2.8 Comercialização

Com relação à comercialização dos produtos (considera-se a pinha e o caju), o assentamento reproduz a situação local pré-existente, sem inovar os canais de comercialização. A situação precária das estradas, baixa produção, dentre outros, repercutem nas condições e possibilidades de comercialização. Os intermediários têm peso significativo.

Essa situação sugere formas associativas de produção e comercialização (e de beneficiamento de produtos), com

possibilidades de criação de pontos de venda próprios, formas cooperativas de comercialização, implantação de pequena agroindústria, constituição de marca própria. Essas iniciativas associativas, em muitos casos, assumem um papel importante na comercialização e, para além do seu significado econômico, têm a função de transformar a comercialização num momento de afirmação social e política da identidade de assentados.

3.2.9 Condições de vida da população assentada

O Diagnóstico Rápido Participativo - DRP aplicado no Assentamento revelou que as principais fontes de recursos dos assentados são: diárias, ou seja, venda da mão-de-obra a terceiros, 19%; produção na área individual, 17%; programas sociais, 16%; e ajuda de familiares, 16%; totalizando 68%. As outras fontes são: autoconsumo, 7%; produção coletiva, 6%; aposentadoria, 6%; comércio, 6%; salário, 4%; e aluguel, 6%; o que representa 31%.

Os recursos oriundos da comercialização dos frutos têm um peso importante. A reprodução das unidades familiares rurais ultrapassa a dimensão agropecuária, surgindo iniciativas que viabilizam financeiramente o grupo. Alguns trabalham como diaristas em propriedades particulares na região, ou seja, diversos tipos de trabalho fora do assentamento, além da renda provinda, em alguns casos, de aposentadorias e pensões. Talvez fossem necessários estudos mais detalhados da capacidade de geração de renda depois do assentamento, qualificando um pouco melhor as condições de vida dos assentados, suas possibilidades de acesso a serviços e bens, e a forma como eles vivenciam essa nova situação, com relação à alimentação, habitação, poder de compra, posse de bens duráveis etc.

Com base no estudo de campo, constatou-se que a despesa com alimentação representa 60%. Os outros gastos são com: saúde, 12%; moradia, 11%; educação, 6%; vestuário, 5%; transporte, 5%; lazer, 1%; e outros 1%; o que representa 40%. Conclui-se que o assentamento Vila Rica não cumpre

as funções econômica e social, além de contribuir pouco para a segurança alimentar das famílias, uma vez que 60% dos gastos familiares são com alimentos, e o autoconsumo contribui com apenas 7%.

As famílias assentadas orientam seus gastos para o consumo de alimentos e, mesmo convivendo com uma realidade agrícola, não utilizam os recursos para criação de alternativas de produção. A ausência de assistência técnica e extensão rural contribuem para a pouca utilização dos recursos na produção de alimentos, tendo como horizonte o desenvolvimento sustentável. Notadamente, a aquisição de alimentos em substituição à produção contribui para, a médios e longos prazos, uma dificuldade dos agricultores e agricultoras familiares em garantir a sustentação de suas famílias, sobretudo porque não gera riqueza e renda para dentro do assentamento.

Em linhas gerais, pode-se concluir que a área se encontra bastante modificada devido à ação antrópica, sendo a agricultura a principal atividade econômica local. A vegetação, tanto no assentamento como no seu entorno, tem um histórico de corte para produção de lenha, formação de pastagens, roçados e pecuária. Há ainda a criação de ovinos e caprinos por parte de algumas famílias, dentre outros animais utilizados para o transporte, não diferenciando muito a realidade do assentamento do que se vê no seu entorno.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do questionamento de qual foi a perspectiva e quais foram as políticas públicas de desenvolvimento implantadas na região em que o município de Uibaí e o assentamento Vila Rica estão inseridos, apontaram-se questões para as causas da problemática da degradação ambiental. A forma de desenvolvimento implementada na região teve como sustentação o crescimento econômico pautado na agricultura mecanizada com uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos. Durante esse processo, não houve preocupação com a preservação dos recursos naturais, numa região que, naturalmente, possui um bioma frágil.

Outra análise diz respeito à questão

cultural e histórica da Região de Irecê. Não diferentemente do que ocorreu no restante do Nordeste, esta teve seu processo histórico marcado pelo assistencialismo e pelo clientelismo por parte do Estado, gerando duas classes sociais bem distintas: uma oligárquica, detentora dos bens de capital, e outra oprimida, com pouca ou quase nenhuma oportunidade de desenvolvimento socioeconômico.

Os órgãos “responsáveis” pela execução das políticas públicas não são apenas coadjuvantes na condução do processo. Sua atuação começa muito antes. Devido ao baixo nível de organização e de “institucionalidade”, os beneficiários passam a assumir um caráter de dependência e subordinação em relação ao governo e seus técnicos.

A maioria das associações teve origem no contexto da tradição populista, que define um campo de representação baseado na cooptação, subordinação e controle social e político das populações pobres. Mesmo muitas das associações que estão sendo criadas exclusivamente para participar de programas – como os de assentamento, não parecem escapar a este contexto. No entanto, é necessário chamar a atenção para o fato de que, pelo menos teoricamente, os programas pressupõem organizações autônomas, com capacidade para tomar e implementar decisões estratégicas sobre o uso dos ativos sob seu controle, assim como para gerenciar a propriedade da terra em uma trajetória sustentável, seja do ponto de vista financeiro ou do ponto de vista da melhoria de bem-estar das famílias envolvidas.

Mesmo diante das dificuldades e dos limites estruturais, constatou-se que há um imenso potencial dos pequenos produtores familiares e das populações carentes em se constituírem em atores efetivos do desenvolvimento.

Apesar de o município de Uibaí possuir uma taxa de urbanização de 57,9% conforme pesquisa bibliográfica em SEI (2007), existe uma parcela significativa da população que vive na zona rural. Não que a última seja mais importante do que a primeira, mas, para um município essencialmente agrícola, é necessário discutir e implementar políticas

públicas e alternativas com ações no campo da segurança alimentar e estruturação do setor produtivo para o desenvolvimento socioeconômico do município em questão.

A partir desta análise, tem-se três considerações centrais sobre o tema abordado:

Primeiro: Necessidade de uma **política agrícola** que privilegie as ações de convivência com o Semiárido, a partir dos interesses, aptidões e da realidade local e familiar, compreendendo que as políticas implementadas nos últimos 40 anos não contemplaram as alternativas e experiências de convivência com o Semiárido, desenvolvidas pelas agricultoras e agricultores familiares, e que são fundamentadas na valorização dos recursos locais;

Segundo: Em relação à educação, observou-se que a **educação** do campo abre possibilidade para um rompimento com este tipo de relação, pedinte e subordinada, na medida em que a propriedade da terra e o acesso às políticas públicas transformam a realidade local. A educação do campo pode, nessa perspectiva, estar associada à superação das dificuldades e problemas reais vivenciados pelas famílias assentadas. Um processo dialógico entre a realidade e o sonho de um mundo melhor. Nesse sentido, as famílias assentadas constroem suas realidades entre a experiência vivida e a expectativa do que virá, sempre orientando as transformações e mudanças para melhoria da qualidade de vida de suas populações. Em que medida a população está preparada para dar este salto rumo à autonomia e autogestão não está ainda totalmente claro. Ou ainda: qual será o produto da organização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo com vistas a interferir nas políticas públicas de educação? E qual a aproximação possível entre essas realidades distintas? Preliminarmente, pode-se dizer que, dificilmente, isto poderá ocorrer sem uma intervenção direta das organizações através de instrumentos especialmente desenhados para este fim. O desafio não é pequeno, mas parece crucial para o desenvolvimento territorial sustentável.

Terceiro: No que diz respeito à **degradação ambiental**, uma política de reflorestamento, ligada a um processo de

conscientização, despertaria para a importância da preservação dos recursos naturais, em especial os vegetais, associada a uma política de segurança alimentar. Essa política, quando associada aos processos pedagógicos que envolvam a escola e a comunidade do entorno, em conjunto com as organizações da sociedade civil, pode representar mudanças conceitual e programática nas políticas públicas locais. A possibilidade de replicação dessas políticas torna ainda mais interessante que se dê atenção a esse horizonte.

A intenção desse estudo não é de apresentar conclusões exaustivas. Antes disso, o objetivo dessa pesquisa é de apontar alguns elementos para análise, sobretudo pelo entendimento de que as políticas públicas para educação do campo não podem prescindir de uma articulação com o meio rural e suas particularidades. Com isso, não se pretende aqui esgotar o assunto, porém trazer alguns elementos e reflexões importantes, que possam apontar soluções aos problemas identificados no assentamento, bem como apresentar subsídios para os órgãos de pesquisa/extensão e fomento, sobre a realidade, os problemas e as perspectivas da agricultura familiar.

5 REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Habitação. *Plano Diretor de Recursos Hídricos: bacias dos rios Verde e Jacaré: margem direita do Lago de Sobradinho*. Documento síntese. Salvador: PROJETEC, v.11, 1995.

BARBOSA, E. M. Críticas ao atual modelo de desenvolvimento agrícola e a transição agroecológica no Semi-Árido (texto publicado em 16/08/03). *Planeta orgânico*. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/TrabBarbosa.htm>>. Acesso em: 06 mar. 2007.

CALDART, R. S. *Elementos para a construção do projeto político e pedagógico da educação do campo*. Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo / MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. (organizadoras). Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", 2004.

um Projeto de Educação do Campo / MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. (organizadoras). Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", 2004.

CARVALHO, Ana Lúcia Borges de, et al. *Reflexos da política agrícola: transformações na pequena produção de Irecê*. Salvador, 1985. 17 p.

CASTELLANET, C.; ALVES, J.; DAVID, B. A parceria entre organizações de produtores e equipe de pesquisadores: a pesquisa participativa no PAET. *Revista Agricultura Familiar*, Belém, v.1, n.1, p.139-161. 1996.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL - CAR. *Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS*: Irecê. Salvador, 2004.

DRUMOND, M. A.; KIILL, L. H. P.; LIMA, P. C. F. et al.. *Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade do bioma Caatinga: estratégias para o uso sustentável da biodiversidade da Caatinga*. Petrolina, 2000. 13p.

FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C. *O campo da educação do campo*. Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo / MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. (organizadoras). Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", 2004.

FREIRE, P. *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 79p.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 4ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 102 p.

HÉBETTE, J. A relação pesquisadores-agricultores. Diálogo, parceria, aliança? uma análise estrutural. *Revista Agricultura Familiar*, Belém, v.1, n.1, p.39-57. 1996.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades*. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 jan. 2007.

JESUS, S. M. S. A. *Questões paradigmáticas da construção de um projeto político da educação do campo*. Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo/MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. (organizadoras). Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", 2004.

LEAL, I. R., TABARELLI, M., SILVA, J. M. C. *Ecologia e conservação da Caatinga*. Recife: Universitária da UFPE, 2003. 822p.

MACHADO, E. P. *Poder e participação política no campo*. Salvador: CAR/CEDAPCENTRU, 1987.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS/PNUMA - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. *Reseña del PNUMA*. Nairobi, Kenia. 1990. 48p.

REINTJES, C.; HAVERCORT, B.; WATERS-BAYER, A. *Agricultura para o futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1994. 323P.

RUBEM, J. *Irecê: história, casos e lendas*. 2.ed. Irecê: Print Fox, 2001. 62p.

SABOURIM, E. et al. Inovação institucional, planejamento municipal e organização dos produtores no Nordeste brasileiro: análise comparativa de três experiências. *Revista Agricultura Familiar*, Belém, v.1, n.1, p.99-120. 1996.

SIMÕES, A. A construção da pesquisa-desenvolvimento participativa: reflexões sobre a introdução da mecanização na Transamazônica. *Revista Agricultura Familiar*, Belém, v.1, n.1, p.59-79. 1996.

SUPERINTENDÊNCIAS DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI. Censo 2000: resultados da amostra. Salvador: 2003. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/municipio/censo2000_result_amostra/censo2000_result_amostra_tab.php>. Acesso em: 06 Mar. 2007.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez. 2004.

VENCOVSKY, R. *Tamanho efetivo populacional na coleta e preservação de germoplasmas de espécies alógamas*. IPEF. n.35, p.79-84, abr. 1987.

ZACHARIAS, V. L. C. F. *Paulo Freire e a Educação*. Disponível em: <<http://www.centrorefeducacional.com.br/paulo.html>>. Acesso em: 18 jul. 2006.

6 DADOS DOS AUTORES

JULIANO DA SILVA LOPES

IFBA Campus de Irecê
julianolopes@ifba.edu.br

JERONIMO RODRIGUES SOUZA

MDA Brasília DF
jubiabah@yahoo.com.br